



O jornalismo impressionista carioca do século XIX – reflexões sobre a análise dos discursos ¹

Vera Maria Aragão de Souza Sanchez ²

Doutoranda em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Resumo

Esta comunicação pretende pensar o jornalismo sob o enfoque teórico e metodológico da Análise do Discurso, buscando observar como se dá a construção de sentido e memória, reconhecendo que existem marcas que guiam a interpretação e circunscrevem as formações discursivas. Após breve reflexão sobre o surgimento da imprensa no Rio de Janeiro, apresentamos fundamentos da Análise do Discurso da vertente francesa para chegar ao discurso jornalístico do século XIX. Partimos da afirmação de que nenhum discurso é neutro, mas atrelado a uma cadeia de interferências sócio-culturais e ideológicas, perpassado por outros discursos que afetam a forma de significar de cada nova formação discursiva – o que tão bem nos mostram os discursos impressionistas da época.

Palavras-chave

análise do discurso; imprensa; jornalismo; memória.

Introdução -

Resumo histórico sobre a imprensa do século XIX

Com a chegada da corte de D. João, em 1808, vieram também as mudanças políticas e culturais que, firmando a idéia de progresso fundamentada na ordem, limpeza e civilidade faziam-se necessárias à construção do Estado nacional. Chegava também ao Rio de Janeiro o material gráfico para impressão.

A implantação da imprensa Régia ocorreu em 31 de maio daquele ano, em ato Real, cabendo a gerência a uma junta de notórios, encarregados de “examinar os papéis

¹ Trabalho a ser apresentado no XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, na Divisão Temática de Jornalismo.

² Ex bailarina do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, formada pela Escola de Danças Clássicas do mesmo teatro, atual Escola Estadual Maria Olenewa. Pedagoga (Centro Universitário da Cidade – UniverCidade); Mestre em Memória Social (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO); Doutoranda do mesmo programa Pós graduada em Educação a Distância – SENAC, RJ Professora do Curso de Dança da UniverCidade, RJ.



e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”, conforme citado no decreto (SODRÉ, 1996, p. 22). Era o início da censura: nada que desagradasse o poder hegemônico poderia ser divulgado.

Assim, o primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, teve sua primeira edição em 10 de setembro de 1808 (SODRÉ, 1996, p. 23). Com apenas quatro páginas tinha como característica fornecer mais notícias internacionais e principalmente informar os portugueses aqui radicados sobre os conflitos gerados pela situação política das tropas aliadas contra Napoleão (FERREIRA, 2006, p. 111).

Ainda na primeira metade daquele século começaram a circular os pasquins, cuja proliferação não significava o desenvolvimento da própria imprensa, pois “não surgiram de desejos, de deficiências dos jornais do tempo: brotaram da vida” (SODRÉ, 1996, p. 98), como espaço que dava voz às insatisfações com a situação política da Corte e das províncias. Dirigindo-se às massas, em linguagem forte e agressiva, geralmente apresentavam apenas um artigo e, sem periodicidade certa, a maioria não passava do primeiro número. Nelson Werneck Sodré aponta o período entre 1830 a 1850 como o grande momento da imprensa brasileira:

“Fracamente técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente, uma vez que inespecífica, encontrou entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época” (SODRÉ, 1996, p. 206).

O Rio de Janeiro começava a viver tempos de mudança. A vitória da burguesia e do capitalismo no mundo repercutia nas cores da cidade que, buscando sua inserção entre as nações civilizadas, copiava todo o gosto europeu, especialmente o *bom gosto* francês, aderindo a hábitos antes desconhecidos e a costumes que não se identificavam com a tradição nacional.

Mas, a partir do início da segunda metade do século, com o Império estruturado, afirma-se a imprensa mais moderada, conservadora e mais abrangente, percorrendo tanto o campo político quanto literário e artístico (SODRÉ, 1996, p.217-218). Havia uma linha tênue entre as notícias e as crônicas. De modo geral, as primeiras seguiam os interesses político-sociais dos donos dos jornais e, mesmo que apresentassem certa objetividade, acabavam por vincular tendências, já que deixavam clara a subjetividade de seus autores. Com a imprensa colaboravam aqueles que se tornariam grandes autores brasileiros.



No Correio Mercantil, por exemplo, órgão de posição partidária definida e que se tornou o periódico mais difundido na época, a partir de 1854 José de Alencar passou a escrever crônicas “no rodapé da primeira página dos jornais de domingo, fazendo a retrospectiva dos principais acontecimentos da semana”. Do mesmo modo, Em 1855, J.M.Machado de Assis, aos dezesseis anos de idade, estreava em *A Marmota*³ (SODRÉ, 1966, p. 219-222). Ainda segundo Sodré, foi no Diário do Rio de Janeiro que Alencar foi exemplar na conjugação da literatura com a imprensa, fato admitido por ele próprio:

“Em fins de 1856, achei-me redator chefe do Diário do Rio de Janeiro. Ao findar o ano, houve idéia de oferecer aos assinantes da folha um mimo de festa. Saiu o romance, meu primeiro livro, se tal nome cabe a um folheto de 60 páginas. Escrevi *Cinco Minutos* em meia dúzia de folhetins, que iam saindo na folha, dia por dia, e que foram depois tirados em avulso sem nome do autor” (ALENCAR, José de. *Como e Porque sou Romancista*, Rio, 1839 p: 41-42, apud SODRÉ 1996 p: 220).⁴

Mas, o órgão que se destacou ao retratar esse momento de avanço literário, mas certo marasmo político foi o conservador, moderado e não-partidário *Jornal do Commercio*, a quem, muito tempo depois, Alcindo Guanabara iria chamar de “o quarto poder”, órgão por onde passaram e se consagraram todos os grandes artistas, literatos e políticos do país (SODRÉ, 1996, p. 217). Um jornal forte, comparado por Joaquim Manuel de Macedo à “maçonaria, na qual ninguém entra sem um juramento de segredo [...] mais rico de segredos políticos do que o conselho de estado e do que todas as sete secretarias ministeriais” (MACEDO, 1963, p: 114-115).

Desse modo, com uma parcela ainda grande de analfabetos, poucos letrados entre a população e com tantos escritores a publicar nos folhetins, podem-se entender a linha tênue que separava o romance da notícia. A imprensa tinha, então, papel fundamental no esclarecimento da população e intervinha com eficiência. Dentro desta pálida linha divisória entre informação e formação de opinião os jornais mantinham, junto ao corpo de jornalistas, literatos – alguns já afamados – que exerciam as funções de cronistas e críticos, escreviam regularmente para os jornais, nos folhetins⁵.

³ Para conhecer a relação de folhetins e literatos que neles publicavam suas obras, ver Sodré, 1966 p. 283-284.

⁴ As crônicas de José de Alencar seriam publicadas posteriormente no volume *Ao Correr da Pena*. Ainda segundo Sodré (1996), o maior sucesso de Alencar viria um ano após, com a publicação de *O Guarani*, também no *Diário do Rio de Janeiro* e, em 1860, a *Viúvinha*.

⁵ Termo que designava o largo rodapé da primeira página dos jornais, inicialmente espaço destinado a piadas, charadas, receitas e variedade, pequenas histórias, crônicas que, com o passar do tempo, foram-se transformando e chegaram a apresentar trechos de uma obra literária, publicada passo a passo. Estes romances folhetinescos eram



Situando a Análise do Discurso

A opção por analisar discursos da imprensa sob a formulação da linha francesa da Análise do Discurso, a partir de agora chamada AD, merece como justificativa uma pequena explanação sobre do que se trata essa metodologia de análise.

Foi por volta dos anos 60 do século passado que surgiu na França a AD como forma transdisciplinar de reflexão das práticas discursivas, tentando compreender o processo de produção dos sentidos, analisando-os à luz de três campos do conhecimento: a lingüística, a psicanálise e a história, razão pela qual Eni Orlandi (1996) a designou como “uma disciplina do entremeio”, já que se estruturava no espaço que há entre a lingüística e as ciências de formações sociais. Tendo Michel Pêcheux como fundador da vertente francesa, com base na filosofia marxista, a AD atribui importância fundamental à ideologia que constitui sócio-historicamente o discurso. Diferentemente da clássica Análise de Conteúdo, que toma o texto como documento capaz de demonstrar definições estabelecidas *a priori*, a AD percorre o caminho oposto e parte do texto e da natureza histórico-social, da historicidade nele contida para analisar sua relação com o que é exterior a ele próprio e, conseqüentemente, o constituiu. Sem visar extrair sentido do texto em si, a AD busca compreender o processo discursivo ou seja, o que levou a essa ou aquela determinação ou melhor dizendo, o funcionamento discursivo do texto (ORLANDI, 1987, p. 12-13). Diferentemente da lingüística – que limita seu estudo às frases, entendendo a linguagem enquanto transmissora de conteúdos – a AD observa no texto o modo como linguagem representa funções sociais e pessoais nos discursos.

Basta verificar a denominação Análise do Discurso para evidenciarmos seu objeto de análise. A palavra discurso, originária do latim *discurrere* - que por sua vez vem do próprio latim *currere* - significa discorrer, expor, atravessar, algo que flui e, assim sendo, sugere movimento contínuo (MAINGUENEAU, 1997). Se discurso é traduzido por movimento, fluxo intermitente, conseqüentemente, é aberto, inacabado e, como todo processo sempre em curso, trata-se de uma prática social. Portanto, não é

assim publicados para prender a atenção do leitor. Neles era comum autores escreverem sob pseudônimo, como Manuel Antonio de Almeida, no Correio Mercantil, que entre 27/06/1852 e 31/07/1853 publicou em folhetins o romance de costume Memórias de um Sargento de Milícias, sem nenhuma pretensão literária, sob o pseudônimo de *Um Brasileiro* e foi “essa despreensão que salvou o romance, tão contrastante, em seu miúdo realismo e em sua graça fluente, da pesada ornamentação que o Romantismo triunfante vinha impondo, avassaladoramente” (SODRÉ 1966, p: 218-219).



possível reduzi-lo à análise da língua – para a AD, instrumento de transmissão de informações, materialidade da interação entre a atividade de linguagem; é preciso pensar a relação entre a lingüística e o ideológico, entendendo a AD como a definiu Bethania Mariani:

“Uma ciência que situa seu objeto – o discurso – no campo das relações entre o lingüístico e o histórico-ideológico, buscando, no interior desse campo, as determinações sociais, políticas e culturais dos processos de construção de sentido” (MARIANI, 1999, p.107).

Sem dúvida, o texto, produto da atividade discursiva, é o objeto empírico da análise, construção sobre a qual se debruça o analista para buscar as marcas que irão guiar sua investigação. Faz-se a abordagem de certos procedimentos lingüísticos como indeterminações, descrições, adjetivações, mas como elementos indicadores de especificidade dos discursos, como fragmentos de linguagem das quais o analista irá lançar mão para auxiliá-lo. Sendo o texto inacabado, articula-se linguagem com pluralidade de sentidos e significações; observa-se o funcionamento da discursividade. Pensando o âmbito discursivo, “nem as palavras, nem os sujeitos que falam são transparentes: eles têm sua materialidade e sua história de constituição” (ORLANDI, 1989, p. 18-19).

Portanto, a AD não decodifica palavras, construções ou estilo, mas observa de que espaço social se deu a escolha de uma construção em detrimento de outras e que determinou ao autor a produção do texto. Do mesmo modo, o leitor ocupa igualmente um lugar social responsável pelo efeito de sentido que faz da leitura. O texto é então analisado como unidade significativa de formação de sentido, uma vez que entendemos como Orlandi (1987, p. 99), que “as línguas só existem na medida em que se acham associadas a grupos humanos”, o que reitera a determinação do fator histórico-social, mesmo levando em conta que lingüístico e discursivo se relacionam.

O discurso jornalístico

É senso comum o pressuposto de que um jornalista deva registrar fatos ou descrever cenas de modo imparcial, neutro, pautando seu relato pela exatidão e abstendo-se de qualquer julgamento de valor. O jornalismo informativo define a si próprio como isento e parte da credibilidade que lhe é atribuída ou não, depende do modo de “fazer crer” que se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a narrar, noticiar,



descrever, dentro da concepção de que o exposto trata-se do “real”. Crônicas, narrações ou críticas ocorrem dentro do plano ilusório de transparência da língua.

Entretanto, por considerarmos que nenhum discurso é neutro, parece impossível não levar em conta que a escrita jornalística, informativa ou expositiva, é também construída a partir do ponto de vista do sujeito que a promove, indivíduo que vive em um mundo e dele tem uma visão peculiar. É ele quem, conscientemente ou não, articula a palavra à língua e atribui significados à coisa em si.

Todo discurso publicado na imprensa resulta de construções sócio-históricas anteriores às quais diversas redes de repetições ou rupturas vão-se filiar. O lugar social onde o texto é produzido, sua forma de distribuição, a importância do periódico onde é publicada a matéria jornalística, tudo tem significado próprio – do mesmo modo que a relação que o leitor tem com o mundo determina sua leitura do texto.

Ao analisar os discursos da imprensa levamos em conta a subjetividade de cada autor, de que um fato não existe em si dentro do “real” que lhe confere legitimidade por si só; de certa forma o fato é também construído, resultado do valor que lhe é atribuído. Descrição envolve interpretação, construção de sentido que, por sua vez, está ligada à memória, à ideologia, à historicidade. Não foi diferente no século XIX, não é diferente nos dias de hoje: a construção da memória busca no passado a atualização do presente com vistas ao futuro.

“Se na contemporaneidade o discurso jornalístico ocupa, cada vez com maior intensidade (e muita crítica) o papel institucional de produzir sentidos passíveis de inscrição na memória social, é fundamental desnaturalizar este discurso, examinando de que modo vem a instituir-se e a produzir os efeitos de verdade e consenso que muitas vezes acabam por orientar nossas ações e nosso pensar. Embora marcados historicamente por tensões, as operações do fazer jornalístico se apagam para o leitor, que então toma o discurso, em seu efeito de transparência, como verdade e consenso” (FERREIRA, 2006, p.58).

Do mesmo modo, o analista, ao selecionar o material e eleger o que será determinante ou não à pesquisa, já está procedendo a uma análise, submetendo-se a um processo interpretativo “que já decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele [o texto] esconde e manifesta ao mesmo tempo” (FOUCAULT, 1972, p. 35). Assim, cabe investigar o que levou a essas escolhas, como tiveram lugar e, partindo do pressuposto que existem outros sentidos nos interdiscursos, porque a memória não os capturou.



O que faz então o analista do discurso para dar conta de questões como essas? É Mariani quem nos ensina:

“O analista de discurso não põe no divã o sujeito, isso cabe à psicanálise fazer. Sabendo que os sentidos só existem em relação, no deslizamento dos significantes sobre os significados, sabendo que não se encontram presos às palavras, o que o analista do discurso faz é interrogar, criticar, questionar a historicidade constitutiva da produção de evidências nos processos de constituição de sentidos. Em outras palavras: questionar o processo histórico-discursivo que naturaliza, torna óbvio que UM determinado sentido só pode ser aquele”. (MARIANI, 2006 p. 213)

A autora aconselha que, tratando-se exclusivamente do discurso jornalístico, o analista sempre pergunte a si próprio se não haveria outros modos de dizer aquilo que foi dito. E complementa, afirmando que o analista “sabe que por mais que um sentido possa ser outro, ele nunca será qualquer outro sentido. Seu limite é produzido na historicidade que o constitui” (MARIANI, 2006, p. 217). É necessário questionar “quem fala nos enunciados e de onde fala?”, “por que o autor utilizou-se de certos tempos verbais, por que a reincidência de certos adjetivos e substantivos em lugar de outros?”, ou se “tais palavras teriam sido selecionadas ou foram elas, as palavras, que, inconscientemente a memória fez aflorar?”

No discurso informativo a “isenção” recomenda certa parcimônia, por exemplo, na adjetivação, para evitar atribuir valores aos fatos. Com isso, impõe deslocamentos de sentido ou silêncios que podem ser mais reveladores do que o explícito e tentar desvendá-los pode elucidar bastante um discurso e fornece pistas sobre o “leitor” a quem o discurso se destina. Essa análise é fundamental, porque

“Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos ‘formações imaginárias’ em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu ‘cúmplice’ quanto um seu ‘adversário’” (ORLANDI, 1988, p. 9).

Ainda segundo a autora, o leitor “real” tem que se relacionar com esse leitor virtual constituído *a priori* no texto; é dessa forma que ele estabelece relação com o texto, o discurso, os jornalistas; além disso, estabelece com aquele leitor imaginado, residente no texto, uma relação de identificação ou não. Assim, também a relação entre os interlocutores, as condições de leitura são também componentes do texto.



“Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade do enunciado. É a ele que se refere o pronome **eu** e as outras marcas da primeira pessoa” (DUCROT, 1987, p. 182).

Logo, estando a interpretação presente em ambos, autor/ leitor e igualmente no analista, nunca é demais mencionar que as ideologias perpassam os discursos porque são constitutivas dos sujeitos. Portanto, esses sujeitos-autores-intérpretes, são fruto da historicidade que a todos afeta e cuja suposta intencionalidade de palavras já é resultante de construções sócio-históricas que os afetaram. Nessa cadeia interpretativa, tal movimento cíclico incide sobre a organização social do momento presente, cuja memória inscreverá no imaginário do grupo, da cidade, da sociedade e assim por diante.

Nesse ponto entramos com outra premissa: o analista deve trabalhar dentro dos limites éticos da interpretação, pois “a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negação e interrogação, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência”. Não se trata de simplesmente “interpretar não importa o que” (PÊCHEUX, 2006, p. 54-55).

O trabalho de compreensão da produção de sentidos em qualquer texto é, parafraseando Mariani (2006), um trabalho político, uma vez que opera entre forças distintas, entre processos de institucionalização de sentidos e entre falhas desses mesmos processos. Discutir a ética no trabalho do analista é fundamental, pois ela se encontra na própria constituição do seu [do analista] campo de ação investigativa. Para proceder a análise a abordagem se coloca entre dois pólos, o que pode parecer paradoxal mas não é: a AD critica leituras presas exclusivamente ao texto, amarradas à suposta (e ilusória) transparência da língua, mas não adota interpretações totalmente subjetivas e desconectadas da história. Trata-se de levar em conta a conjuntura histórica em que tal discurso foi produzido, buscando entender sua pretensa homogeneização, mas segundo os pré-construídos deixados como marcas.

Mas, trata-se também de considerar o poder que dita as regras, a ingerência do jornal sobre apagamentos e indeterminações nas falas dos jornalistas/críticos. Orlandi (1989, p. 73) menciona que em algumas situações, para dar mais veracidade às notícias veiculadas “[...] o locutor recua para trás da voz de um *enunciador universal* e daí indetermina, oculta, portanto, os agentes específicos dos problemas revelados”. Em



diferentes discursos, indeterminadores como *alguém, todos, nós, a gente, -se*, são marcas lingüísticas recorrentes e bastante interessantes para análise.

Pesquisar publicações da imprensa do século XIX significou aferir a textualidade opaca das palavras impressas nos periódicos, em meio a um jogo de múltiplas possibilidades de significação, trazendo a memória do próprios pré-construídos da pesquisadora, lembranças e apagamentos, reconhecendo, como Clifford Geertz (1978), que o homem é um animal amarrado às teias de significados que ele próprio teceu.

Todo discurso, jornalístico ou não, é produzido sob determinadas condições: as relações de poder, os contextos sociais, as decisões políticas, os interesses econômicos, as crenças religiosas, os preceitos morais, as concepções estéticas, tudo isso, que o senso comum tem por hábito considerar externo ao discurso e que, na verdade é o que o constitui. Em um movimento complexo, o jornalismo mostra e esconde o que convém a seus enunciadorees por meio de estratégias discursivas. Cabe, então, ao analista, construir uma metodologia reflexiva que permita evidenciar este movimento.

Compreender os processos discursivos na produção de sentidos, na formação do imaginário social, verificando ambigüidades e recorrências nas filiações dos sentidos em relação à memória que os constitui, é a intenção do analista do discurso.

A construção das redes de sentido

A imprensa do século XIX traz para nós algumas características interessantes para análise. Ao pesquisar críticas de espetáculos ou performances de artistas – meu objeto de pesquisa – salta aos olhos peculiaridades naquelas análises críticas, pontuadas por julgamentos pessoais, frequentemente conflitantes entre um periódico e outro, segundo a ideologia dos autores ou dos periódicos – uns mais conservadores ou moralistas, outros mais de vanguarda. Fato é que, na imprensa do século XIX parece ser comum notícia e crítica amalgamadas a opiniões pessoais.

Diversos recortes de minha pesquisa foram extraídos da seção de “Publicações a pedido”, espaço onde era permitida a voz do leitor, mas que também era ocupado com textos do próprio jornal. Mesmo em outros espaços, como nas colunas que tratam de teatros, muitas matérias não são assinadas, ou têm apenas as iniciais do autor – verdadeiras ou não – ou ainda utilizam pseudônimos, como “Dr. Semana”, que sabemos



pertencer a Machado de Assis que, assim como José de Alencar e outros, publicavam nos folhetins crônicas e contos em seu melhor estilo de jornalismo literário. Vários romances de Machado e Alencar foram assim publicados, em capítulos, nos folhetins.

Mas, recheados ou não de opiniões pessoais, fato é que, inúmeras vezes, o folhetim é o único documento de que dispomos para a reconstituição da cena, tanto dos palcos quanto da vida social. E, se como para Pierre Nora (1984, p.13) uma reconstituição histórica é sempre problemática e incompleta, uma vez que lida com o que ficou do passado e não mais existe, ainda assim, na maioria das vezes são os folhetins que dispomos para nos apoiar.

Ainda sobre isso, estamos conscientes de que as apreciações dos críticos teatrais se dão dentro de um espaço determinado onde assistem ao espetáculo junto com os demais espectadores, sofrendo influência da platéia que por vezes aplaude entusiasmamente, outras vezes vaia, ri, silencia, esboça reações que formam um conjunto relacional com a recepção que o crítico terá da cena. O folhetinista, ao mesmo tempo em que afetava com seus pontos de vistas era também afetado como leitor da obra; na posição-autor, perpassado pelos efeitos de sentido nele construídos, construía novos discursos. O autor constrói as FDs marcadas por posições-sujeito que ocupa, oscilando de uma a outra(s), dependendo do lugar de onde “fala”: técnico / crítico / platéia. É dessa forma que a rede de sentidos estabelecida nos discursos, em constante movimento, (re)constrói e (re)significa a memória sobre a bailarina – objeto de pesquisa mas aqui abordado apenas como exemplificação.

Então, na grande maioria das matérias analisadas os comentários são uma constante. Aqui me refiro a comentário como Foucault, desempenhando duas funções: a construção *ad eternum* de novos discursos e o objetivo de confirmar o que já fora dito, não significando dizê-lo outra vez, mas dizer “o que estava articulado, silenciosamente no texto primeiro” (FOUCAULT, 1996, p. 24-26). É o comentário que traz à tona as entrelinhas; ao comentar o indivíduo (leitor, crítico, escritor) toma para si uma posição-sujeito e é desse lugar que ele comenta. Mesmo quando o autor narra um libreto, como na descrição de “O Lago das Fadas”, transcrita a seguir apenas como exemplo, existe essa articulação. Nos grifos destaco os comentários do articulista em sua posição-sujeito:

Corre o pano: **vejo** caçadores em uma floresta e no fundo do teatro um lago. Os caçadores retiram-se guiados por um pastorinho que lá se acha (sem rebanho), e o caçador Ernesto-Gabrielli fica em contemplação das árvores, do lago e de

anna theresa. Eis surge do meio das ondas uma multidão de fadas **mais ou menos moças** (...) e principião a dansar. Entre ellas está a rainha-Baderna, por quem Ernesto-Gabrielli, occulto na espessura da mata, fica **tão** apaixonado que aproveita a ocasião em que a linda fada está **distrahida em fazer piroetas** para lhe roubar o véo, como o amante louco furta o lenço da amada. As fadas, **cansadas de tanto dansar, e por que faz muito calor**, pegão os véos e atirão-se às águas do lago. A rainha-Baderna, **que está mais cansada e com mais sede do que as outras por que dansou mais** (...).

Vem chegando a noite que tudo encobre **em espesso negro manto** (...). Aparece porém a casta diva (**olhem que não fallo da Sra. Ida**) que surge de um cume de um monte e derrama raios de luz argentina pela lagoa e pela mata. (...) Cahe o panno e **vamos dormir** (Jornal do Commercio, 1/out/1849, p. 2. Seção: Publicação a pedido. Título: *Theatro de S. Pedro - O Lago das fadas, baile phantastico em 3 actos*).

A prática do comentário era presente também nos anúncios dos espetáculos. O Diário do Rio de Janeiro, no dia 26 de abril de 1845 anuncia um espetáculo variado da companhia dramática onde “representar-se-há gracioso drama em 1 ato”, seguido de *Boleiros*, “muito applaudida comedia em 1 acto”, de um “apparatoso e muito applaudido baile trágico em 6 actos” e assim por diante. Nos anúncios de espetáculos tal prática é recorrente: primeiro, não se restringem à informação sobre o programa mas emitem juízo de valor (= gracioso, apparatuso); segundo, ao “informar” como o espetáculo foi recebido anteriormente (= muito applaudido), o jornal influencia a platéia que o assistirá posteriormente.

Observando a linguagem em seu contexto histórico, constatei a regularidade de processos parafrásticos, ou seja, dizeres cuja memória fez com que retornassem sempre ao que já foi dito, confirmando o que estava já cristalizado na sociedade.

“(...) a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte de linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico” (ORLANDI, 2005, p. 38)

São muito poucas as matérias que abrem espaço para outras vozes, para o que é novo, rompendo com o pensamento dominante.

É assim, no jogo entre paráfrase e polissemia, nos deslizamentos dos efeitos metafóricos, nas marcas de tensão e conflito na construção de redes de sentidos que se filiam diferentes configurações ideológicas.



Considerações Finais

Pensemos, então, que os vestígios discursivos que nos foram legados pela imprensa anterior a nós são símbolos que permanecem expostos em seus suportes documentais, cuja memória se encarrega de transmitir de geração a geração. Para a AD o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo: cada enunciado muda de acordo com a formação ideológica de quem o produz/reproduz, bem como de quem o interpreta. O sentido não existe como produto acabado, não é dado, mas está sempre em curso. Desse modo, a realidade se constitui dos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos, assim como nós, como sujeitos, somos produzidos no interior de formações discursivas.

Assim, o verbal e o não verbal, imagens e sensações, tanto quanto os discursos jornalísticos, ao captarem, divulgarem ou (trans)formarem fatos e acontecimentos, fazem sua leitura do presente, organizam o futuro e participam diretamente do processo de seleção e construção dos acontecimentos que constituirão a memória social da nossa coletividade.

Referências Bibliográficas:

DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. São Paulo: Pontes, 1987

FERREIRA, Lucia M.A. “A escrita de si na imprensa: exemplos da fala feminina no século XIX”. In: MARIANI, Bethania (org). *A Escrita e os Escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis, RJ:Vozes, 1972.

_____. Michel. *Microfísica do Poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3.ed. Campinas: UNICAMP/ Pontes,1997.



MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa – Os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Campinas: UNICAMP/ Revan, 1998.

MARIANI, Bethania (org.). *A Escrita e os Escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História. PUC, 1993.

ORLANDI, Eni. *A Linguagem e seu Funcionamento: as Formas do Discurso*. 2 ed. revisada e aumentada. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Discurso e Leitura*. Coleção Passando a Limpo. São Paulo: Cortez, 1988

_____. *Interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Potes, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e Contrastes – Discurso na Cidade e no Campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas, São Paulo: UNICAMP Editora, 1988.

_____. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.